

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: State Grid indica interesse na privatização da Eletrobras	2
Título: Reforma administrativa pode ir ao Congresso neste mês, diz Mansueto	3
Título: Recuperação da Renova consolida nova relação entre Cemig e Light	5
Título: Curtas	7
Título: Curtas	7
Título: Pré-sal puxa alta na produção da Petrobras.....	8
Título: Com Petronas como sócia, brasileira prevê retomar campo de Espadarte	9
Título: JBS é certificada para o RenovaBio	10
Título: Petros prevê redução de benefício em nova proposta para déficit	12
Título: Saudi Aramco adia abertura de capital marcada para domingo	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Petrobrás bate recorde de produção no 3º trimestre.....	15
Título: Distribuidora de Roraima tem dívidas de R\$ 286 milhões.....	16
Título: Choro sobre o óleo derramado.....	18
Título: Redes de pesca removem borra em Maragogi.....	20
Título: Óleo vazou a 600 km da costa, diz UFRJ	21
Título: Governo é cobrado por plano contra desastre.....	22
Título: Barril é achado; Shell alega venda a terceiros	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Justiça aceita recuperação judicial da Renova Energia.....	24
Título: Marinha encontra barril de óleo na costa do Rio Grande do Norte	25
Título: Mar agitado.....	26

Título: Manchas de óleo chegam à baía de Todos-os-Santos	27
VEÍCULO: O Globo.....	29
Título: Estatal receberá R\$ 1 bi a mais que o previsto no megaleilão	29
Título: Petros terá nova proposta para ajustar déficit de R\$ 27,7 bi	29
Título: De onde saiu o óleo	30
Título: Manchas chegam à baía de Todos os Santos e cartões postais de Salvador	32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: State Grid indica interesse na privatização da Eletrobras

A gigante elétrica chinesa State Grid sinalizou ontem com a possibilidade de participar do processo de privatização da Eletrobras. Segundo o presidente da empresa no Brasil, Chang Zhongjiao, no entanto, é preciso aguardar o modelo a ser apresentado pelo governo brasileiro para decidir se de fato o negócio fará sentido para a companhia.

“Temos interesse em aquisições [no Brasil], se estiverem em conformidade com os planos do grupo. Não temos muito detalhes [sobre o plano de privatização da Eletrobras]. Se for algo que esteja em conformidade com o nosso plano de expansão, por que não?”, disse o executivo, em evento de divulgação do relatório de responsabilidade social da companhia, no Rio.

Mantido sob sigilo, o modelo de privatização da Eletrobras já está desenhado e aprovado entre os Ministérios da Economia e de Minas e Energia e o presidente Jair Bolsonaro. A expectativa do ministro de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, é encaminhar o projeto de lei sobre o assunto para o Congresso ainda neste mês.

Chang afirmou também que a empresa pretende participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 19 de

dezembro. Na ocasião, serão ofertados 12 lotes, somando 2.470 km de extensão de linhas, com investimentos previstos de R\$ 4,1 bilhões. “Vamos participar, sim”, disse o executivo.

A estratégia da State Grid Brazil Holding (SGBH), explicou o presidente da empresa, é investir em novos negócios no Brasil, desde que haja oportunidades de leilões e aquisições de ativos.

O executivo também apresentou ontem um balanço dos investimentos da companhia no Brasil. Segundo ele, a empresa já investiu US\$ 12,4 bilhões no Brasil desde 2010, quando iniciou as atividades no país. O montante corresponde a 60% do total de desembolsos do grupo fora da China no mesmo período.

“Estamos confiantes e com visão de longo prazo. Queremos participar do desenvolvimento do Brasil e contribuir para o fortalecimento das relações entre o Brasil e a China”, afirmou Chang.

Entre os investimentos no país, o executivo destacou a aquisição, em 2017, da CPFL Energia, empresa da qual o grupo possui cerca de 83% de participação, e a construção dos dois linhões que escoam energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para a região Sudeste.

Presente ao evento, Qin Xuan, consultora de comunicação da CPFL Energia, afirmou que o lucro da empresa em 2018 cresceu cerca de 70% ante o ano anterior, totalizando R\$ 2,1 bilhões. “Depois da compra pela State Grid, os resultados melhoraram”.

Com relação ao sistema de transmissão de Belo Monte, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concedeu nesta semana a liberação para operação plena do segundo linhão, de 2.539 km de extensão. A linha, que teve a operação iniciada em agosto deste ano, com quatro meses de antecedência em relação ao prazo contratual, interliga a hidrelétrica no rio Xingu a Paracambi, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Maior linha de transmissão do mundo, com tensão de 800 quilovolts (kV), o empreendimento é resultado de investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança — De São Paulo

Título: Reforma administrativa pode ir ao Congresso neste mês, diz Mansueto

A reforma administrativa está bem adiantada e poderá ser encaminhada ao Congresso ainda neste mês, disse ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Durante participação em evento em São Paulo, ele afirmou que a proposta que altera as regras do serviço público tem hoje mais consenso do que a reforma tributária. De acordo com o secretário, existe hoje “um ambiente muito positivo de discussão de salários e de regras de aumento salarial” do funcionalismo. “Tudo isso cria um ambiente para se discutir a reforma administrativa.”

Conforme Mansueto, a reforma deve incluir medidas para conter o crescimento dos salários de servidores públicos em âmbito federal. “O governo precisa recuperar capacidade de investimento”, disse. Ele ressaltou que, do Orçamento de R\$ 1,48 trilhão previsto para o próximo ano, apenas 7%, ou R\$ 105 bilhões, podem ter a alocação decidida pelo Congresso, posto que 93% da despesa tem destinação obrigatória. Assim, apenas R\$ 19 bilhões deverão ser destinados para investimentos. “O nível de engessamento do Orçamento brasileiro não tem paralelo no mundo.”

Ainda segundo o secretário, a reforma tributária não sairá rapidamente. “A reforma tributária não vai sair rápido; essa reforma é algo muito complexo, que não tem unidade dentro do setor produtivo”, afirmou. “Mas nosso sistema é tão ineficaz, ele tem tantas regras, que temos espaço para, na margem, ir melhorando muita coisa, até que se consiga o consenso para fazer uma reforma tributária mais ampla.”

Conhecido como “Plano Mansueto”, o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) dos Estados pode ser votado na Câmara nos próximos 30 a 50 dias, disse o secretário do Tesouro. Ele lembrou que, das 27 unidades da federação, 14 têm nota de classificação C, três têm nota D e dez têm notas A e B. Apenas esses últimos conseguem empréstimos com garantia da União. Os Estados com nota D - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais - têm um programa especial que é o Regime de Recuperação Fiscal, embora apenas o primeiro tenha aderido até o momento. “Os outros 14 Estados têm o PEF, que já foi enviado para o Congresso”, afirmou. “Estive no Congresso nesta semana conversando com alguns deputados, e há perspectiva de o PEF ser votado na Câmara nos próximos 30 a 50 dias.”

Segundo ele, isso será muito positivo. “O PEF permite a um governador, se ele mostrar que vai fazer um ajuste, que vai recuperar a nota B até o fim do mandato dele, em 2022, ele faz jus a um empréstimo com garantia da União,

que será dividido em parcelas”, explicou. As parcelas serão liberadas à medida que os dados melhorem.

O secretário afirmou que o governo poderá fazer ainda um terceiro descontingenciamento de recursos, graças à arrecadação com os leilões de petróleo. Um primeiro descontingenciamento, de R\$ 12 bilhões, foi feito em setembro. Nova liberação, de R\$ 7 bilhões, foi anunciada nesta semana.

O secretário lembrou que, no relatório extemporâneo divulgado na segunda-feira, já foram considerados R\$ 52 bilhões referentes ao bônus de assinatura da sessão onerosa, mas que os leilões de petróleo serão realizados apenas em 6 e 7 de novembro. “O próximo relatório bimestral é no fim de novembro, dependendo da arrecadação, se houver a necessidade, poderá haver um novo descontingenciamento.”

Ele também voltou a dizer que o déficit deste ano pode ser inferior a R\$ 100 bilhões, a depender dos recursos da cessão onerosa e do leilão de excedentes do regime de partilha do pré-sal. Com isso, o déficit ficaria abaixo da meta de R\$ 139 bilhões. “Quando você soma despesas que têm autorização, mas não ocorrerão, resultado público melhor de Estado e municípios, algum resultado melhor de estatais e os recursos desses leilões de petróleo, podemos pensar até o fim do ano em ter um déficit primário abaixo de R\$ 100 bilhões, melhor resultado desde 2014.”

Questionado se o crescimento em 2020 pode surpreender, Mansueto disse que essa discussão sempre existe, mas que ainda é cedo. “O cenário está ficando muito mais claro, teve um leilão de petróleo há duas semanas que foi um sucesso, vai ter outro grande leilão que tem tudo para dar certo. Tem tudo para nos surpreendermos positivamente no ano que vem.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Recuperação da Renova consolida nova relação entre Cemig e Light

O processo de recuperação judicial da Renova Energia marca um novo momento na relação entre as elétricas Cemig e Light. Controladora da distribuidora fluminense por pouco mais de 13 anos, a estatal mineira reduziu, em julho deste ano, sua fatia na Light, de 49,9% para 22,6%, após operação de

oferta de ações. Com isso, a Cemig perdeu poder de decisão e influência na Light, que passou a ser uma “corporation” (sem controle definido).

O **Valor** apurou que a proposta da Light de vender a totalidade de suas ações (17,17%) e sair do bloco de controle da Renova Energia, antes de a geradora renovável entrar em recuperação judicial, desagradou a Cemig. A mineira integra o bloco de controle da Renova, junto com o fundo CG I FIP Multiestratégia, dos sócios-fundadores da empresa, Reinaldo do Amaral e Ricardo Delneri. De acordo com comunicado da Renova, após a saída da Light, o CG I passou a ter 34,62% e a Cemig manteve 36,23% da empresa.

O **Valor** apurou que a estratégia da Light foi apresentada e discutida entre os sócios controladores da geradora renovável desde a semana passada. Segundo uma fonte a par do assunto, todos os integrantes do bloco de controle tinham acesso a todas as informações do caso e da proposta da companhia fluminense.

A situação da Renova Energia se agravou na última semana, quando foram encerradas sem sucesso as negociações com a AES Tietê para a venda do projeto eólico Alto Sertão III, na Bahia. A partir de então, a Light iniciou negociações para a venda da sua participação na Renova para os sócios-fundadores da empresa. A transação, realizada pelo valor simbólico de R\$ 1, foi anunciada na segunda-feira.

De acordo com a operação, e pelo acordo de acionistas, a Cemig tinha direito de comprar parte da fatia da Light na Renova ou, ao contrário, acompanhar a elétrica fluminense na venda da totalidade de suas ações na companhia, deixando apenas os sócios-fundadores no bloco de controle. A estatal mineira, no entanto, não tomou nenhuma posição sobre o negócio.

A operação da Light foi concluída na terça-feira. No dia seguinte, a Renova apresentou pedido de recuperação judicial. No pedido, em que declarou ter dívidas de R\$ 3,1 bilhões, a companhia creditou a crise financeira aos desdobramentos da não conclusão das obras do parque eólico de Alto Sertão III, interrompidas desde 2016.

O pedido contemplou a Renova Energia e um conjunto de sociedades controladas pela empresa, relativas a projetos de geração. Não foram incluídas no pedido a Brasil PCH e a Enerbrás Centrais Elétricas e suas respectivas subsidiárias, por serem empresas operacionais e financeiramente equacionadas.

Na própria terça-feira, o juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo deferiu o pedido de recuperação. Na ocasião, também foi nomeada a KPMG Corporate Finance para atuar como administradora judicial.

O juiz também determinou a apresentação de contas da companhia até o dia 30 de cada mês, sob pena de afastamento dos seus controladores e substituição dos seus administradores.

Ontem, os papéis da Renova sofreram nova queda na B3. As units, papéis mais líquidos, recuaram 5,45%, cotadas a R\$ 11,10.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério cai

Os preços do minério de ferro mantiveram-se em queda no mercado transoceânico ontem, na esteira da percepção de que a retomada da oferta a partir de minas no Brasil e na Austrália vai pressionar os finos com grau médio de pureza. Segundo a “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao recuou US\$ 0,80, ou 0,91%, para US\$ 87,06 a tonelada. Assim, no acumulado de outubro, as perdas se aproximam a 7%. No ano, a valorização é de 19,7%. Na Bolsa de Commodity de Qingdao, os contratos para janeiro perderam 2 yuans, a 615 yuans por tonelada.

Petróleo em queda

Os contratos futuros do petróleo fecharam em alta ontem, impulsionados por uma queda acentuada do dólar, que foi suficiente para reverter as perdas causadas por um dado de estoques nos Estados Unidos muito acima do esperado. O barril do Brent para dezembro fechou em alta de 0,81%, a US\$ 59,91, enquanto o WTI para novembro subiu 1,05%, a 53,93 por barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Cai produção de aço

O consumo aparente de aço de janeiro a setembro caiu 2,8% neste ano no comparativo com o mesmo período de 2018. Foram consumidos no país 15,6

milhões de toneladas de produtos siderúrgicos no acumulado até setembro, segundo o Instituto Aço Brasil. Com a queda no consumo, a produção de aço chegou a 24,6 milhões de toneladas nos nove meses de 2019, o que representa um recuo de 7,3% frente ao acumulado de janeiro a setembro de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Pré-sal puxa alta na produção da Petrobras

A produção de petróleo e gás da Petrobras avançou no terceiro trimestre baseada na curva de crescimento de novas plataformas, que entraram em produção em 2018 e 2019. A estatal fechou o terceiro trimestre com aumento de 9,3% na produção de óleo e gás, ante o trimestre anterior. A companhia produziu, em média, 2,878 bilhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) entre julho e setembro, o que representa alta de 14,6% na comparação com igual período de 2018.

A empresa ressaltou, em comunicado divulgado ontem, que, com os resultados, mantém a “trajetória para o cumprimento da meta de produção anual”, de 2,7 milhões de BOE/dia, com variação de 2,5% para mais ou para menos.

A petroleira frisou que houve alta na produção de sete novas plataformas que entraram em produção em 2018 e 2019 nos campos de Búzios (P-74, P-75, P-76 e P-77) e Lula (P-67 e P-69), no pré-sal da Bacia de Santos, e em Tartaruga Verde (FPSO Campos dos Goytacazes), na Bacia de Campos.

Os dados operacionais da empresa foram puxados pela produção de petróleo do pré-sal, que produziu 1,367 milhão de BOE/dia e já representa 60,4% do total de óleo no Brasil. A produção de petróleo na região abaixo da camada de sal cresceu 17% em relação ao segundo trimestre e 40,2% frente ao terceiro trimestre e 2018.

Já a produção de óleo do pós-sal em águas profundas e ultra-profundas permaneceu estável (alta de 0,8%) ante o trimestre anterior, principalmente por causa da entrada de novos poços produtores no campo de Tartaruga Verde, que ajudaram a compensar o declínio natural da produção nessa região. Na comparação com o terceiro trimestre de 2018, porém, houve redução de 4,9%.

A produção de óleo em águas rasas, objeto de desinvestimento da empresa hoje, foi de 69 mil barris/dia, aumento 9,8%, decorrente do retorno a produção das plataformas PPM-1 e PCH-2, que tiveram parada para manutenção no

trimestre anterior. Na comparação anual, houve uma redução de 22,7%, devido ao declínio natural e a parada das plataformas PCP-1, PCP-2 e P-9.

Já a produção de derivados da companhia subiu 2,9% no terceiro trimestre, ante o segundo trimestre, para uma média de 1,816 milhão de barris/dia. Segundo a companhia, a alta acompanha a maior demanda no mercado brasileiro.

O fator de utilização do parque de refino cresceu de 76% para 80%. Com o crescimento da produção interna, houve uma redução das importações, especialmente de gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP). As compras de óleo e derivados do exterior caíram 14,7% no terceiro trimestre, ante o trimestre anterior, para 332 mil barris/dia.

As vendas de derivados aumentaram 3,5% na comparação com o trimestre anterior, para uma média de 1,785 milhão de barris/dia. O destaque foi o diesel, cujas vendas subiram 5,2%, impulsionadas pelo plantio da safra de grãos e pela atividade industrial.

As vendas de GLP subiram 3,2% na comparação com o segundo trimestre principalmente pelas temperaturas médias mais baixas.

A Petrobras registrou, ainda, aumento de 32,2% na exportação de óleo e derivados, para 801 mil barris/dia, acompanhando o aumento da produção interna.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Com Petronas como sócia, brasileira prevê retomar campo de Espadarte

Petrobras espera retomar a produção no campo de Espadarte em 2021

A Petrobras espera que uma vez concluída a entrada da Petronas como sua sócia no campo de Espadarte, na Bacia de Campos, possa retomar, em 2021, a produção da concessão, informou o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Aurélio Amaral. As operações do ativo estão interrompidas desde meados de 2018. Este ano, a estatal assinou contrato para venda de 50% da nova fase de Espadarte e do campo Tartaruga Verde para a petroleira da Malásia, por US\$ 1,29 bilhão. O negócio está em fase de conclusão e marca a estreia da empresa asiática na produção de óleo e gás no Brasil.

Ontem, a ANP aprovou o pedido da Petrobras para manter Espadarte inativo, por mais um ano, enquanto a empresa não avança com a nova fase do campo. A extensão do prazo de paralisação da área está condicionada à aprovação do novo plano de desenvolvimento do ativo, com os compromissos de investimentos para a nova fase de produção de Espadarte.

A ideia da petroleira brasileira é concentrar suas operações no módulo 3 do projeto de produção do ativo e devolver à União as jazidas mais maduras, que compõem os módulos 1 e 2 da concessão, que se encontram paralisadas.

Segundo Amaral, a intenção da agência é incluir as áreas devolvidas na oferta permanente, mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, um pacote de ativos para compra sob demanda. O objetivo é dar oportunidade para que outras petroleiras possam adquirir os ativos.

Espadarte já chegou a produzir, em seu auge, 74 mil barris diários de petróleo em 2008. No primeiro semestre do ano passado, antes de a operação do campo ser interrompida, a concessão estava produzindo apenas 1,5 mil barris/dia.

Tendo a Petronas com quem dividir os investimentos em Espadarte, a Petrobras dará início ao desenvolvimento de uma nova parte do campo, ainda não explorada. O projeto do Módulo 3 será interligado à plataforma Cidade de Campos dos Goytacazes, que opera hoje no campo vizinho, de Tartaruga Verde. A embarcação tem capacidade para processar 150 mil barris/dia e produz, hoje, cerca de 120 mil barris diários.

O ativo representa para a Petronas a sua estreia como produtora no país e garantirá, à petroleira malaia, um volume de cerca de 60 mil barris/dia - o que a coloca entre as cinco maiores produtoras estrangeiras de petróleo do país, com base no ranking de produção mais recente, da ANP, de agosto

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: JBS é certificada para o RenovaBio

ANP autoriza usina de biodiesel em São Paulo a participar do programa

Maior companhia de carnes do mundo, a JBS tornou-se a primeira empresa autorizada a participar da nova política de redução de emissões de gases de efeito estufa do país. A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou ontem a JBS a receber os certificados que a permitirão vender Créditos de Descarbonização (CBio) dentro do programa RenovaBio por sua produção de biodiesel - a principal matéria-prima é o sebo bovino.

A certificação foi autorizada para a usina de biodiesel localizada em Lins (SP). A segunda usina da companhia, em Campo Verde (MT), deverá ter seu processo de certificação concluído em breve.

De acordo com a certificação da JBS, conduzida pela firma Green Domus conforme as regras do programa e auditada pela ANP, o biodiesel de suas unidades “economiza” emissões de 79,8 gramas de gás carbônico equivalente por megajoule de energia gerado nos veículos em comparação à mesma energia gerada pelo uso do diesel.

A cada 370 litros de biodiesel produzidos em suas duas usinas, a JBS poderá emitir 1 CBio, que equivale a uma tonelada de gás carbônico evitada. Considerando que a produção de biodiesel da JBS em 2018, de 260 milhões de litros, se mantenha, a companhia poderá emitir 636 mil CBios quando as duas usinas estiverem certificadas.

Em todas as suas operações, a gigante de carnes emite 6,5 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente, direta e indiretamente, conforme inventário de 2018 elaborado de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Ou seja, para compensar todas as suas emissões, a JBS teria que produzir 10 vezes o volume de biodiesel que produz hoje nas duas unidades.

A JBS está construindo sua terceira usina de biodiesel no país, em Mafra (SC), que deverá mais que dobrar a capacidade de produção de biodiesel da empresa e deve começar a operar em 2021, disse Alexandre Pereira, diretor da JBS Biodiesel, ao **Valor**. Diferentemente das outras unidades, a nova fábrica terá como matéria-prima principal gordura de aves e suínos.

Para participar do RenovaBio com as duas usinas existentes hoje, o próximo passo da JBS é buscar uma instituição financeira para escriturar os CBios. Esse passo, porém, ainda depende de uma regulamentação do Conselho Nacional do Política Energética (CNPE). Assim que as regras estiverem definidas, a JBS espera emitir os CBios “o mais breve” possível, de acordo com Pereira.

O valor dos CBios ainda é uma incógnita. Embora já circulem especulações sobre o valor dos certificados, Pereira evitou traçar projeções. “Tudo depende de oferta e demanda. No início terá demanda pelos primeiros CBios que vamos emitir, e tem necessidade de compra por parte das distribuidoras, que tem obrigações [metas de redução de emissões estabelecidas pelo RenovaBio]. Mas vai estar aberto, não dá para estimar um número”, argumentou.

O executivo ressaltou, ainda, que a JBS produz biodiesel com o com o objetivo de “dar destinação ção adequada aos subprodutos residuais e agregar valor”. “Não estamos fazendo nada diferente por conta do RenovaBio”, afirmou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol — De São Paulo

Título: Petros prevê redução de benefício em nova proposta para déficit

Associados da fundação já fazem contribuições adicionais para sanear o déficit de R\$ 28,5 bilhões até 2015

O presidente da Petros, Bruno Dias, apresentou uma nova proposta para o plano de equacionamento do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, cujo resultado negativo soma R\$ 37 bilhões em seu plano de benefício definido, o PPSP. Os associados da fundação já fazem contribuições adicionais para sanear o déficit de R\$ 28,5 bilhões até 2015. Porém, é necessário aprovar um novo plano de equacionamento para contabilizar as perdas adicionais de R\$ 8,4 bilhões em 2018. Pelas regras vigentes, ele deve ser aprovado até o final do ano.

Segundo uma fonte a par das negociações, a proposta inclui a redução de benefícios futuros, como pecúlio, pensões e décimo-terceiro salário. Essas medidas foram implementadas inicialmente na Fapes, fundos de pensão dos funcionários do BNDES, na ocasião em que Dias foi diretor jurídico. A Petros já havia sinalizado que estudava essa possibilidade.

Outra sugestão inclui a utilização da resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc). O CNPC-30 permite a extensão do prazo das contribuições extraordinárias em até 1,5 vez o “duration” (prazo médio do pagamento de benefícios) para o pagamento por toda a vida do plano - até o último participante ou seu pensionista ou dependente. Assim, na prática, o valor a ser pago ao mês no equacionamento é reduzido.

O equacionamento em curso da Petros, referente ao déficit até 2015, foi implementado no início de 2018, e tem duração de 18 anos, o prazo máximo permitido até então. A edição da resolução ocorreu em outubro daquele ano. Outra mudança da proposta de Dias prevê uma alíquota única de contribuição extraordinária. O plano atual utiliza uma tabela progressiva, que impõe descontos mais altos para rendas maiores.

As mudanças propostas pelo novo presidente têm como objetivo sanear o plano de benefício definido e ocorreriam dentro do próprio PPSP. Caso seja aprovada, pode abrir caminho para a criação de um novo plano de contribuição definida, o chamado PP-3, que a Petrobras já acenou intenção de implementar. Por se tratar de uma migração voluntária, os participantes que permanecessem no plano BD deficitário poderiam enfrentar uma situação mais complicada do que a atual.

Há previsão de uma nova reunião da Petros com as entidades representativas dos participantes no dia 22. A fundação busca obter o compromisso das entidades de não questionar a alternativa na Justiça. O plano de equacionamento anterior sofreu um elevado volume de judicialização. As liminares foram cassadas, mas os processos ainda não foram julgados.

Procurado, o fundo de pensão informou que tem estudado junto com a Petrobras, sindicatos e associações uma proposta de equacionamento que equilibre imediatamente os PPSPs e reduza o impacto para os participantes. “A Fundação destaca, ainda, que a proposta está em fase de estruturação e que sua versão final dependerá da aprovação da própria Petros, Petrobras, Sest [Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais] e Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar]”, diz.

“As medidas são paliativas, mas muito importantes para os participantes, em sua grande maioria idosos aposentados. O mérito da origem do déficit de investimentos temerários e dívidas das patrocinadoras deverão continuar sendo litigados na Justiça ou deveriam ser negociados em acordo para redução do montante a que os participantes não deram causa.”, diz Abdo Gavinho, que coordena o grupo de participantes SOS Petros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval, Arash Massoudi e Simeon Kerr — Financial Times, de Londres e Dubai

Título: Saudi Aramco adia abertura de capital marcada para domingo

A listagem das ações da petroleira é uma parte importante das reformas econômicas do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman

A Saudi Aramco adiou o lançamento de sua longamente esperada oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), que deveria ocorrer no domingo. A informação foi dada ontem por três fontes a par dos acontecimentos.

Uma das fontes disse que a companhia quer esperar até que possa oferecer aos investidores uma maior transparência sobre os lucros do trimestre mais recente, depois dos atentados ocorridos a suas instalações no mês passado, que temporariamente cortaram sua produção pela metade.

A listagem das ações, que é uma parte importante das ambiciosas reformas econômicas do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, vem sendo marcada por atrasos e dúvidas quanto a capacidade da companhia de obter a avaliação de US\$ 2 trilhões desejada pelo príncipe herdeiro do reino.

O governo deveria concluir a listagem doméstica da Saudi Aramco nesta semana. Uma reunião do conselho de administração deveria ocorrer antes da companhia anunciar sua intenção formal de lançar as ações em Dharan em 20 de outubro. Dharan é onde a empresa tem sua sede.

A fonte disse que os resultados mostrarão que a Saudi Aramco - companhia mais lucrativa do mundo - não sofreu um dano financeiro significativo, acrescentando que não há um novo prazo marcado para o anúncio.

Uma segunda fonte a par do assunto disse que o anúncio foi “adiado mas não descartado”, enquanto uma terceira fonte disse que ele foi adiado por “semanas”.

A Saudi Aramco deveria divulgar o prospecto de sua abertura de capital na próxima semana, antes de uma listagem de até 3% das ações da companhia ainda no mês de novembro.

Apesar de banqueiros locais apontarem para o entusiasmo pela listagem demonstrado por investidores de varejo na Arábia Saudita, não está claro se o príncipe Mohammed conseguirá obter a tão desejada avaliação de US\$ 2 trilhões para a companhia, em meio a dúvidas demonstradas por potenciais investidores estrangeiros.

Há uma grande preocupação com a conhecida interferência do governo na estratégia corporativa da Saudi Aramco, além de dúvidas sobre a capacidade do reino saudita de proteger os ativos de energia da companhia.

Famílias de grandes comerciantes - muitas delas apanhadas no esforço contra a corrupção em 2017 - também estão sendo pressionadas a investir para assegurar o sucesso da IPO.

Durante reuniões com gestores de fundos na Ásia e Estados Unidos nas últimas semanas, a Saudi Aramco recebeu uma resposta morna à sua proposta, afirmam banqueiros a par das interações.

Um banqueiro disse que a Saudi Aramco tentou conseguir US\$ 1 bilhão de instituições para um investimento âncora para um negócio que colocaria de 1% a 2% da companhia no mercado, com uma avaliação de US\$ 1,5 trilhão a US\$ 2 trilhões. “As instituições não estão interessadas em avaliações superiores a US\$ 1,2 trilhão”, disse.

Fundos soberanos do Oriente Médio também foram sondados sobre o possível lançamento. Embora alguns tenham se mostrado preocupados com a avaliação, eles também reconheceram que os imperativos políticos que apoiam o reino poderão sobrepujar eventuais visões céticas sobre as perspectivas de investimento na companhia. “Esse alerta sobre a Aramco vem de pessoas de destaque”, disse outro financista a par das discussões.

Bancos sauditas também deverão emprestar bastante para investidores sauditas, para que estes possam financiar as ações que vão comprar. Os bancos também estão estabelecendo fundos por meio dos quais pequenos investidores poderão comprar ações e assim gerar uma excelente resposta.

Nas últimas semanas Riad intensificou seus esforços para apoiar uma avaliação maior para a companhia. O governo saudita anunciou um dividendo anual de US\$ 75 bilhões, alterou os pagamentos de royalties ao Estado e desacelerou os planos de investimentos de longo prazo. A Saudi Aramco não respondeu a um pedido para comentários.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Cristian Favaro/ SÃO PAULO

Título: Petrobrás bate recorde de produção no 3º trimestre

Com a entrada de novas plataformas no pré-sal, a Petrobrás bateu novos recordes de produção diários no terceiro trimestre, deixando para trás dificuldades enfrentadas nos três meses anteriores. De julho a setembro, foram extraídos 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d, que inclui petróleo e gás) no Brasil. No período, teve destaque o mês de agosto, quando a produção atingiu nível recorde, de 3,1 milhões de barris. Diante do

desempenho, a projeção é que alcançará a meta do ano, de 2,7 milhões de barris por dia.

A maior parte do volume produzido no período saiu da região de águas ultraprofundas do pré-sal, que responde por 60,4% do resultado da empresa. “A Petrobrás está atravessando um momento muito positivo com relação ao seu desempenho operacional. Isso é bom para o setor de óleo e gás do país porque aumenta a confiança no potencial de crescimento do setor”, disse Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ.

Ele destaca ainda que o “bom desempenho operacional é uma dimensão fundamental para a recuperação da empresa”, que entrou em crise em 2014, após o preço da commodity despencar no mercado internacional e a Operação Lava Jato, que investigou escândalos de corrupção envolvendo a estatal. Para o diretor e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, nenhum outro setor tem tanta capacidade de gerar emprego e renda no Brasil como o de petróleo e gás. Para Maurício Canedo, especialista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o desempenho da Petrobrás comprova a aposta correta da empresa no pré-sal.

Além do crescimento no pré-sal, Pires destacou a utilização das refinarias, que passou de 76% para 80% do segundo para o terceiro trimestre. Com isso, caíram as importações. “Desde a administração de Pedro Parente, a Petrobrás vem buscando um ponto ótimo no refino. Dessa vez, optou por ampliar a produção interna, o que deve ter contribuído para reduzir os custos”, afirmou.

Ele destacou que, ante igual trimestre do ano passado, houve queda do consumo interno de combustíveis. As vendas de gasolina, por exemplo, passaram de 387 mil barris por dia para 377 mil. Sem ter como escoar internamente, a Petrobrás optou por exportar petróleo e derivados. O volume vendido ao exterior subiu de 322 mil barris por dia para 583 mil, alta de 81,1% em um ano. “Falta investimento no refino, o que faz com que a capacidade de produção de combustíveis seja limitada. A tendência é que o País se torne exportador de petróleo e comprador de derivados”, disse Pires.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Distribuidora de Roraima tem dívidas de R\$ 286 milhões

Suspensão da importação de energia da Venezuela piorou situação do Estado, que não faz parte da linha nacional de transmissão

A falta de conexão do Estado de Roraima com a linha nacional de transmissão de energia, somada à suspensão da energia que o Estado importava até 7 de março da Venezuela, tem produzido uma dívida milionária para a distribuidora Roraima Energia, privatizada no ano passado. O rombo já chega a R\$ 286 milhões, conforme apurou o Estado. A “periclitante situação”, como resumiu a Roraima Energia, foi detalhada em um documento enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao qual a reportagem teve acesso.

No relatório concluído em julho, a empresa afirma que desde 7 de março, quando o governo brasileiro mandou paralisar de vez a importação de energia da Venezuela, o abastecimento ficou muito mais caro. Isso porque a companhia passou a ser obrigada a comprar cerca de 1 milhão de litros de diesel por dia para garantir o funcionamento de usinas térmicas que abastecem o Estado e levar luz à população.

Com a energia que importava da Venezuela, Roraima já vivia condições precárias nos últimos meses, com vários blecautes diários. O corte total dessa energia, porém, tornou o cenário mais difícil. O Estado tinha 82% de sua energia produzida pela Venezuela. A situação foi agravada por causa de dívidas assumidas pela concessionária com outras geradoras, com base na promessa de que teria uma ligação de suas instalações com a linha de transmissão do Estado com Manaus.

Origem. A linha Manaus-Boa Vista, que foi leiloada em 2012 e tinha previsão de ficar pronta em 2015, nunca avançou, porque não conseguiu o licenciamento ambiental. A Roraima Energia, na época uma estatal da Eletrobrás, já tinha firmado uma série de contratos com as geradoras da Eletronorte, contando que teria a linha para receber energia. A linha não veio, mas as contas com as geradoras, que não têm nenhuma relação com a linha de transmissão, começaram a chegar para a distribuidora.

“Tal situação resultou em um contexto de extrema excepcionalidade para esta empresa, onde não só a requerente é obrigada a arcar com os custos da aquisição de energia elétrica no Sistema Isolado para atendimento do seu mercado, como vem sendo obrigada a pagar pela energia do SIN (Sistema Interligado Nacional) que não recebe”, declarou a empresa.

Segundo a companhia, “a principal causa do atraso na construção da citada linha de transmissão está ligada às questões que envolvem a obtenção do licenciamento ambiental, as quais fogem completamente a gestão desta distribuidora”. A Roraima Energia procurou a Eletronorte para negociar a dívida de R\$ 274 milhões que acumula, mas a negociação se arrastou, segundo a empresa, por culpa da estatal da Eletrobrás, que manteve “uma posição inflexível.”

Em nota, a Eletronorte declarou que seu conselho aprovou o contrato de reconhecimento de dívida com a Roraima Energia em agosto. “Na mesma ocasião, o apontamento nos registros de inadimplência da Aneel foi retirado”, informou a estatal, por meio de nota. A empresa também tenta acertar as contas com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por causa de dívidas com compra de energia.

Resposta. Questionada, a Roraima Energia confirmou que a dívida com a Eletronorte “foi solucionada por meio de negociação envolvendo parcelamento do valor em questão”. A respeito da cobrança da CCEE, a empresa afirmou que “está em fase de implementação de solução por meio de processo de recontabilização autorizado pela Aneel”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Fernando Gabeira

Título: Choro sobre o óleo derramado

Há três semanas ando pelas praias do Nordeste e não consigo chegar a uma conclusão sobre esse desastre. Foi relativamente fácil seguir os efeitos da mancha, no sentido norte-sul, observar seus efeitos na areia e nos seres marinhos. No entanto, é muito complicado seguir a mancha para trás, em busca de suas origens. Satélites americanos foram usados para isso e não encontraram rastros. Parece que a mancha engana satélites.

Baseado em fotos postas à disposição pelos europeus, pesquisadores da Universidade da Bahia chegaram a ver o que poderia ser uma nova mancha de 22 quilômetros quadrados a caminho da costa baiana. Essa possibilidade foi desmentida. O Ibama sobrevoou a região e não a viu. Chegou a supor que os pesquisadores se tivessem enganado, pois havia nuvens dificultando a visibilidade. A técnica usada para calcular a mancha baseia-se na rugosidade da água. A região apontada como problemática era lisa, chata. A suposição era de que o óleo dominasse a superfície.

Os americanos, ao afirmarem não ter conseguido rastrear a mancha, confirmam indiretamente a ideia de que o óleo, mais pesado, afunda e navega numa camada inferior.

Minha experiência induz a uma comparação com o desastre na Galícia, que cobri em 2003. Um petroleiro chamado Prestige derramou 770 mil toneladas de

óleo na costa da Espanha. A Galícia, região cruzada por petroleiros mal equipados e semiclandestinos, já conhecera outros vazamentos.

Pode ser que isso esteja acontecendo com navios que saem da Venezuela, de onde veio o petróleo vazado. Pressionados pelas sanções americanas, fazem de tudo para escoar a produção, que, de modo geral, vai para a Índia e a China.

Barris de rejeitos foram encontrados nas praias com inscrições da Shell. Pesquisadores dizem que rejeitos e óleo derramado na praia são a mesma substância. A Marinha discorda. A Shell também desmente.

Tudo isso se passa com relativo desinteresse nacional. Deputados e senadores foram ao Vaticano e deram as costas para as praias manchadas. O próprio Bolsonaro acusou esquerda, ONU e ONGs de ocultarem o desastre por a origem do óleo ser a Venezuela.

Além de denunciar a esquerda, Bolsonaro pouco fez. Em Sergipe foi preciso uma determinação judicial para que protegessem a foz dos Rios São Francisco, Sergipe, Vaza Barris e Real, entre outros.

Embora possa haver um componente político no relativo desinteresse, vejo outras razões para ele. Há muita atenção para certos biomas, como a Amazônia, pois são vistos como decisivos para as mudanças climáticas. Ignoram-se em grande escala o papel dos oceanos e a importância das correntes marinhas no aquecimento do planeta. Num encontro internacional realizado na Inglaterra, alguns cientistas chegaram a dizer que as correntes marinhas e sua dinâmica é que iam determinar a irreversibilidade do aquecimento global.

Uma semana antes do desastre comecei a ler o livro de Rachel Carson sobre o litoral. Além de excelente escritora, Rachel Carson dedicou-se à zoologia marinha. A riqueza biológica do litoral é descrita por ela com detalhes, desde caranguejos do tamanho da unha do polegar a seres maiores, passando por medusas, nereidas, uma paisagem visual e verbalmente encantadora. Na medida em que conseguirmos transmitir a riqueza da vida oceânica, talvez o interesse aumente.

Na Galícia, em 2003, vi muitos voluntários limpando as praias. Neste desastre no Nordeste também houve movimento, crianças em Alagoas, artistas na Bahia, todos empenhados em tirar a sujeira da praia. Discussão política, requerimentos, comissões, enfim, todo o zumzum em torno de um desastre tem o seu papel. Usar uma pá e sujar os pés é mais eficaz.

Assim como na Galícia, estamos diante de um problema internacional. Como controlar os navios bandalhas que enganam a fiscalização e descumprem normas de segurança?

Se o desastre foi mesmo provocado por um petroleiro, o que me parece mais lógico, o Brasil teria de acionar mecanismos internacionais de controle. Não fazer nada implica esperar um novo desastre, que fatalmente virá.

Ainda não sabemos o impacto real do óleo derramado. Temos as praias como alvo porque sua limpeza é essencial para o turismo. Mas há os mangue-zais e o consumo de crustáceos e moluscos tem um grande papel na dieta da população litorânea. Aí se joga também um jogo mais difícil: limpar os mangues demanda técnica e roupa especial. Ainda assim, é difícil.

Fico pensando num peixe-boi que é acompanhado pela Fundação de Mamíferos Aquáticos. Chama-se Astro e nada agora entre a Praia do Coqueiro e Mangue Seco, na Bahia. Astro é tão tranquilo quanto à presença humana que foi atropelado por barcos 13 vezes. Depois de escapar com vida dessas trombadas, enfrenta um novo momento. O equipamento que o monitora está coberto de óleo. Ele parece que segue bem.

Mas, sem dúvida, a vida no mar, que é o berço da própria vida, tornou-se uma aventura perigosa. O transporte clandestino de combustível é um tema que merece cuidado especial. Tende a produzir desastres.

Inúmeras vezes, entre Boa Vista e Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, parei para documentar os destroços de carros incendiados. Em geral eram de pequenos contrabandistas fugindo da polícia.

Não adianta apenas criticar a esquerda e as ONGs que cuidam mais dos biomas que estão na moda. Ou culpar a esquerda, que levou anos para descobrir o verde e possivelmente levará séculos para ver o azul.

O transporte marítimo de petróleo depende de um controle internacional das embarcações. O Brasil foi vítima. Precisa fazer algo, caso contrário as possibilidades de novo desastre aumentam. O oceano que deixaremos para as novas gerações nunca mais será o que encontramos. Mesmo assim, é preciso resistir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Redes de pesca removem borra em Maragogi

Funcionários da prefeitura de Maragogi, no Estado de Alagoas, trabalharam durante todo o dia na retirada de óleo da Praia de Peroba. Até redes de pesca foram utilizadas no processo de limpeza. Já o Grupo de Avaliação e

Acompanhamento (GAA), formado pela Marinha, pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e pelo Ibama, confirmou ontem que Salvador já tem quatro novas praias atingidas pelas manchas de óleo: Praia do Flamengo, Pedra do Sal, Farol da Barra e Rio Vermelho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Óleo vazou a 600 km da costa, diz UFRJ

Pesquisa aponta que acidente ocorreu em junho na altura de Alagoas e Sergipe

O vazamento de óleo que atingiu o litoral do Nordeste pode ter ocorrido em uma região entre 600 km e 700 km da costa, na altura dos Estados de Sergipe e Alagoas. A estimativa foi feita por pesquisadores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os cientistas trabalharam com uma tecnologia conhecida como modelagem inversa, que parte dos pontos de chegada das manchas nas praias e faz o caminho para trás, estimando o ponto de origem desse óleo. O estudo foi encomendado pela Marinha à Coppe/UFRJ. Até quarta-feira, 178 localidades haviam sido atingidas pelas manchas, segundo o Ibama.

O cálculo usou como ponto de partida o mapa atualizado pelo órgão ambiental que mostra os dias e locais em que as manchas estão chegando às praias. Considerando condições oceânicas, como correntes marinhas, temperatura da superfície da água e ventos, os pesquisadores desenharam o caminho para trás. Ao cruzar essas trajetórias, eles chegaram a uma região onde provavelmente o vazamento ocorreu. A análise permite estimar também o dia em que houve o acidente: por volta de 14 de junho.

O engenheiro Luiz Landau, que coordena o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia da Coppe, explica que se trata de uma estimativa, mas busca reproduzir do modo mais fiel possível o evento. “Não sabemos, por exemplo, exatamente a que horas as manchas chegaram à costa, mas, mesmo dentro dessas limitações, testamos vários cenários e chegamos a uma região provável da origem desse óleo.” O trabalho não indica exatamente um ponto do vazamento, mas uma região provável – um retângulo cujo lado maior tem cerca de 100 km.

“Com mais investigação, podemos chegar a um raio menor, mas, para dar uma resposta rápida nesse momento de crise, é o que conseguimos mostrar”, disse o oceanógrafo Luiz Paulo Assad, colaborador do laboratório e professor do

Departamento de Meteorologia da UFRJ. Segundo ele, a análise corrobora informações do governo de que não foi possível ver a mancha antes de as praias começarem a ser contaminadas. Logo após o vazamento, o óleo, ainda bastante fluido, fica na superfície, o que até permitiria sua visualização por satélites. Mas, segundo Assad, há poucos satélites voltados para o alto-mar.

“Depois de um tempo, o óleo sofre com intemperismo e afunda, movendo-se na subsuperfície, o que o deixa invisível para sensores remotos de satélites. Por um momento, que não sabemos quanto, ele de fato ficou visível, mas em região em que não há monitoramento frequente por satélite. Teria de dar sorte de bem na hora estar passando um por lá, mas é quase como achar agulha no palheiro.” Ele apontou ainda para a necessidade de monitoramento permanente do mar.

“Se tivéssemos um sistema de monitoramento de óleo no mar, que evidentemente contaria com a ajuda de instituições de pesquisa e outros segmentos da sociedade civil, a gente poderia ter rotinas de monitoramento que poderiam envolver a aquisição de imagens de regiões em alto-mar propícias a passagens de embarcações que transportam óleo.” Segundo Assad, o País tem expertise para ter um monitoramento do mar proativo e não reativo, como ocorre agora.

Causa. Pesquisadores acreditam que o mais provável é que tenha ocorrido um grande vazamento neste local, talvez durante operação malsucedida conhecida como ship-to-ship, em que o óleo é transferido de uma embarcação a outra em alto-mar. O próximo passo, agora, é tentar fazer o caminho oposto e estimar para onde a mancha pode se encaminhar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Governo é cobrado por plano contra desastre

A resposta do governo federal ao vazamento de óleo no Nordeste está opondo Ministério Público, técnicos ambientais e cientistas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nos últimos dias, o primeiro grupo tem alertado que não foi acionado um plano de contingenciamento que poderia ter agilizado a resposta ao desastre. Trata-se do chamado Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), estabelecido por decreto em 2013. Ele fixa responsabilidades e define diretrizes para atuação coordenada de órgãos com o objetivo de “ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo”.

Por lei, o responsável por acionar o plano é o ministro do Meio Ambiente. Ele é o coordenador do comitê executivo. Ao Estado, o ministro Ricardo Salles disse que o plano foi, sim, acionado desde o início de setembro e que todas as medidas previstas foram colocadas em andamento. Ontem, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, deu a mesma informação. Mas quando os órgãos foram solicitados a enviar à reportagem os documentos que indiquem o acionamento do PNC, não houve resposta.

A Associação de Servidores do MMA (Assemma) disse que havia arcabouço legal para responder melhor ao desastre. Em audiência pública no Senado, o procurador da República no Rio Grande do Norte Victor Mariz afirmou que documentos como cartas de sensibilidade ao óleo e o Mapeamento de Área para Resposta Emergencial no Mar (Marem), ferramentas para ajudar na contenção do dano, não foram levadas em conta. /G.G.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA Roberta Jansen / RIO

Título: Barril é achado; Shell alega venda a terceiros

A Marinha confirmou ontem que o navio patrulha Guaíba recolheu um tambor de 200 litros de óleo na Ponta de Tabatinga, a 7,4 km da costa de Natal (RN). Esse apresentava o logotipo da Shell, estava cheio e não apresentava vazamentos. Amostras do conteúdo foram enviadas para análise no Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira. A Marinha ressaltou, no entanto, que “os dados disponíveis até o momento não permitem concluir se o episódio tem relação com outros tambores encontrados no litoral de Sergipe (que também tinham o logo da Shell) ou com o óleo que tem se espalhado pelas praias do Nordeste”.

A Shell havia informado que os tambores encontrados em Sergipe eram originalmente embalagens de lubrificantes para navios, de um tipo que não é produzido no Brasil. A empresa disse também que não havia reutilizado seus tambores. Em nota divulgada nesta quinta-feira, a Shell afirmou que recebeu a informação de que um novo barril havia sido encontrado. “Trata-se de embalagem de Omala S2 G 220, uma outra linha de lubrificantes”, esclareceu, lembrando que, segundo a própria Marinha, o tambor estava fechado e não apresentava vazamento. Oriente Médio. Mas o Estado obteve com exclusividade a informação de que os barris achados foram produzidos e comercializados por empresas do grupo Shell localizadas na Europa e no Oriente Médio.

Em documento sigiloso, a Shell encaminhou ao governo brasileiro dados de dois compradores dos produtos encontrados no Brasil. A primeira é a empresa Hamburg Trading House FZE, uma distribuidora com base nos Emirados Árabes, que adquiriu 20 tanques. O segundo cliente é a empresa Super-Eco Tankers Management, com base em Monróvia, na Libéria, que comprou cinco tanques do lote da Shell. O lote de tanques, que tem data de 17 de fevereiro de 2019, foi produzido em Dubai pela Shell Markets. No documento, a Shell informa que o primeiro tanque encontrado com a logomarca da empresa “não foi produzido ou comercializado pela Shell Brasil” e se trata, efetivamente, de um “produto líquido límpido, de coloração âmbar”, diferente do que está invadindo o litoral do Nordeste.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Reuters São Paulo

Título: Justiça aceita recuperação judicial da Renova Energia

A elétrica Renova Energia teve deferido pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo seu pedido de recuperação judicial, que listou R\$ 3,1 bilhões em dívidas, das quais quase R\$ 1 bilhão junto ao BNDES.

A Renova disse em comunicado ao mercado que a justiça nomeou a KPMG Corporate Finance, representada por Osana Mendonça, para atuar como administradora judicial, e determinou a suspensão de execuções contra empresas do grupo por 180 dias.

A Renova Energia opera pequenas hidrelétricas e tem um complexo eólico com obras paralisadas na Bahia.

As suas subsidiárias que operam as usinas hídricas não entraram no pedido de recuperação. A empresa tem como controladores a estatal mineira Cemig e o fundo CG 1, dos fundadores da Renova, Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral.

A companhia deverá prestar contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores. Foi determinada a expedição de edital com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações ou divergências de créditos.

“O Grupo Renova possui, atualmente, sérias deficiências de caixa, possuindo valores absolutamente ineficientes para fazer frente às suas despesas imediatas caso não haja suspensão dos pagamentos de dívidas sujeitas à recuperação

judicial”, disse a empresa na petição à Justiça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Nicola Pamplona

Título: Marinha encontra barril de óleo na costa do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro - A Marinha informou nesta quinta (17) ter encontrado um tambor com 200 litros de óleo na costa do Rio Grande do Norte, a 7,4 quilômetros de Natal. É a terceira ocorrência do tipo após o surgimento das manchas de óleo em praias da região Nordeste. Os três têm a marca da petroleira Shell.

De acordo com a Marinha, o barril será usado nas investigações sobre a origem do óleo que já atinge 178 praias da região. Ele estava fechado e com líquido em seu interior. Amostra do conteúdo será levada para análise no Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira.

No dia 27 de setembro, outros dois tambores parecidos foram encontrados em praias da região metropolitana de Aracaju. Segundo a Shell, eles são embalagens de lubrificantes para navios, não produzidos no Brasil. A empresa ainda não avaliou o terceiro barril.

Amostras do conteúdo dos dois primeiros foram analisadas pela Marinha e pela Universidade Federal de Sergipe. Enquanto esta viu semelhanças com o óleo encontrado, aquela disse não haver relação.

Responsável pelas análises na universidade, o pesquisador Alberto Wisniewski disse que os barris continham petróleo cru e não lubrificantes, conforme indicado pelo fabricante. Por isso, ele descarta que o óleo seja da Shell.

Em nota, a petroleira diz que não transporta petróleo cru em barris e que a diferença de tempo em relação à data da embalagem (17 de fevereiro) e o início das manchas no Nordeste aponta para possível reutilização do tambor.

O aparecimento dos tambores pode ser uma pista na busca pela origem do óleo. “Podem ajudar a levar ao navio que vazou o óleo, se este for o caso”, afirmou. Fontes da área ambiental, porém, dizem que ainda não há indícios de relação entre os dois incidentes.

Até agora, com base em laudos da Petrobras e da Universidade Federal da Bahia, o governo afirma que o petróleo é de origem venezuelana.

“Este óleo é venezuelano. O DNA é venezuelano. É uma certeza, é uma afirmação, não uma especulação”, disse em audiência no Senado nesta quinta o presidente do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Bim.

“Significa que a Venezuela é responsável? Não, isso é outra questão”, completou. A principal suspeita, segundo ele, é que o óleo tenha sido derramado por um navio em alto-mar. E, como não houve alertas de vazamento ou acidentes, disse, não há dúvidas de que foi criminoso.

A hipótese mais provável, segundo Bim, é que o vazamento tenha ocorrido em operação de transferência de petróleo entre navios, chamada de ship-to-ship (navio a navio).

Com informações da Reuters.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Mar agitado

PAINELS.A

O óleo no Nordeste gerou uma crise entre o Procon de São Paulo e os órgãos de defesa do consumidor dos estados que tiveram praias afetadas. Depois que a entidade paulista lançou campanha, nesta semana, orientando viajantes a procurarem empresas áreas e hotéis para adiar seus passeios, Procons nordestinos reagiram. “Não há qualquer publicação de autoridade ambiental e sanitária que declare o litoral impróprio para banho”, disseram os órgãos locais em carta conjunta.

Onda

A despeito do posicionamento das entidades locais, os estados de Bahia e Sergipe decretaram situação de emergência para direcionar recursos aos municípios atingidos.

Defesa

A nota assinada por 22 Procons do Nordeste diz que não é possível ter cancelamento sem multa se não houver “nexo de causalidade” com o serviço contratado, ou seja, as empresas não teriam obrigação de postergar viagens.

Diálogo

Para Fernando Capez, do Procon-SP, as entidades nordestinas estão defendendo o turismo local. Ele diz que não foram os fornecedores de hotelaria e voos que vazaram o óleo, portanto, não têm obrigação de indenizar o consumidor, mas recomenda negociação entre as partes.

Brisa

“Falamos que o consumidor não é obrigado a frequentar praia que não está em condições adequadas. Os Procons do Nordeste entenderam que estamos atacando as praias deles”, diz Capez.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo e Matheus Moreira **SALVADOR E SÃO PAULO**

Título: Manchas de óleo chegam à baía de Todos-os-Santos

Ponto turístico de Salvador e Maragogi, no litoral norte de Alagoas, são afetados

As manchas de óleo continuam avançando pelo litoral de Salvador e, na manhã desta quinta-feira (17), chegaram às praias de Ondina e à região do Farol da Barra, no limite da entrada da baía de Todos-os-Santos. Pequenas pelotas de óleo foram identificadas nas duas praias, que ficam em regiões de grande interesse turístico e junto a um dos principais circuitos do Carnaval.

Com o avanço das manchas, chega a 11 o número de regiões do litoral de Salvador já atingidas pelo óleo, abrangendo toda a faixa da orla atlântica. Outras praias que já haviam sido atingidas receberam uma maior quantidade de óleo na manhã desta quinta. Foi o caso das praias de Stella Maris e praia da Pedra do Sal, em Itapuã. “Estamos preocupados com essas duas áreas, pois o óleo chegou em uma textura mais líquida e está concentrado no meio das pedras, o que dificulta o trabalho de coleta”, afirma o secretário municipal da Casa Civil, Luiz Carreira.

Ele diz que é necessária uma ação rápida para evitar que os sedimentos voltem ao mar com o avanço da maré durante a tarde. Animais dessas áreas têm sido atingidos. Na manhã desta quinta, um grupo de voluntários encontrou uma garça coberta de óleo na praia da Pedra do Sal. O animal foi socorrido e levado para ser higienizado e tratado na sede do IMA (Instituto de Mamíferos Aquáticos). Ao todo, 405 agentes da Limpurb, empresa municipal de limpeza

urbana, estão atuando na retirada do óleo. Grupos de voluntários também tem ajudado na coleta do material.

Até a manhã desta quinta, foram retiradas das praias de Salvador 26 toneladas de óleo. Somente na quarta-feira, foram 22 toneladas em apenas oito horas. Os primeiros vestígios de óleo começaram a chegar a Salvador no dia 10, mas até então em pequenas quantidades. Antes desta quinta, haviam sido recolhidos apenas 37 quilos do óleo. Em Alagoas, as manchas de óleo chegaram na quarta-feira (16) à praia de Maragogi, no litoral norte. Até o momento, 25 locais no estado foram afetados pelo produto.

Alagoas foi o quarto estado no Nordeste a ser atingido pelo óleo. A primeira praia afetada na região, em 7 de setembro, foi a de Japaratinga, que voltou a ser atingida por manchas em dois pontos diferentes também na quarta-feira, segundo informações do Ibama.

No município de Japaratinga fica a APA (Área de Proteção Ambiental) Costa dos Corais, a maior unidade de conservação marinha do país. Por isso, 180 fuzileiros e um navio com mergulhadores devem trabalhar para verificar se houve impacto nos recifes de corais.

O governo de Alagoas enviou para a região kits com equipamentos de proteção individual como máscaras, luvas, peneiras e botas a serem distribuídos para os voluntários. Ainda na quarta, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobrevoou ao lado do vice-governador, Luciano Barbosa (MDB), o litoral norte de Alagoas para conferir o estado das praias afetadas.

Durante anoite, voluntários participaram de um mutirão para remover o óleo da praia. Até o momento, não se sabe a origem do óleo que surgiu no litoral da Paraíba em 30 de agosto e já atingiu praias dos nove estados nordestinos.

Análise feita pela Petrobras, Marinha e universidades do Nordeste, indica que o material é de origem venezuelana. Pesquisadores especializados em correntes marítimas fizeram simulações de computador e chegaram a resultados que indicam que a origem está no alto-mar, a pelo menos 400 km da costa.

A Marinha diz que já foram empregados 1.583 militares, cinco navios e uma aeronave na contenção, neutralização e investigação das manchas. Pelo menos 30 navios-tanque de dez países serão notificados para prestarem esclarecimentos. “A Marinha entrará em contato com as autoridades competentes dos países dessas bandeiras, com a Organização Marítima Internacional e com a Polícia Federal, visando elucidar todos os fatos”, diz nota da Marinha

O Ibama requisitou apoio a Petrobras para a limpeza das praias. A estatal é a responsável por contratar pessoas entre agentes comunitários e cidadãos locais para receberem treinamento e auxiliarem na limpeza dos locais atingidos. Não há, ainda, informações sobre o número de pessoas envolvidas nas ações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Estatal receberá R\$ 1 bi a mais que o previsto no megaleilão

BRASÍLIA- A Petrobras receberá R\$ 1 bilhão a mais que o previsto pela renegociação do contrato de cessão onerosa, que permitirá o megaleilão de petróleo marcado para novembro. A estatal ficará com R\$ 34,6 bilhões, segundo projeto enviado pelo governo ao Congresso com esse objetivo. Com isso, a fatia destinadas a estados e municípios ficará menor.

O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com o leilão. Como a Petrobras receberá mais, sobrarão R\$ 71,96 bilhões. Com a nova conta, os estados ficarão com R\$ 10,79 bilhões, contra R\$ 10,92 bilhões de antes. O mesmo valerá para os municípios. O valor extra para o estado do Rio, por ser onde estão os campos, cairá de R\$ 2,18 bilhões para R\$ 2,15 bilhões. O projeto com as regras para a divisão do dinheiro foi sancionado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI* SÃO PAULO

Título: Petros terá nova proposta para ajustar déficit de R\$ 27,7 bi

Estão em estudo corte de benefícios e prazo maior de contribuição

O presidente da Petros, Bruno Dias, apresentou ontem às associações de participantes um novo plano de equacionamento que prevê redução de benefícios em troca de um prazo mais longo e contribuições extras menores. A proposta, que será avaliada pela Petrobras antes de ser submetida aos órgãos de controle, prevê redução de 30% do 13º salário e cortes nos valores de pecúlio e pensões.

O plano em vigor, que gerou uma enxurrada de liminares na Justiça por parte de participantes, foi instituído no ano passado para dar conta de um déficit de R\$ 27,7 bilhões entre 2013 e 2015, em um ajuste de 18 anos. A nova proposta

prevê alongar esse prazo para toda a existência do plano, o que deve permitir a redução das alíquotas extras pagas pelos participantes. Além disso, ele será usado para cobrir o déficit de R\$ 8,4 bilhões de 2018, fora do ajuste em vigor.

Em contrapartida, ele prevê um corte definitivo de 30% nos valores pagos de 13º salário, em vez dos cinco anos previstos pelo equacionamento atual, segundo apurou O GLOBO — o plano ainda não é público. Procurado, Dias não quis comentar o assunto. A proposta também propõe redução de pecúlio e pensões.

Em nota, a Petros informou que “tem estudado, junto com a Petrobras, sindicatos e associações de participantes, uma proposta de equacionamento que equilibre imediatamente” os planos. Mas ressaltou que a proposta ainda está em fase de estruturação.

A expectativa é que o novo plano seja aprovado até o fim do ano. Antes, porém, terá de passar por Petrobras, conselho da Petros, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Previc (que regula o setor).

*O repórter viajou a convite da Abrapp

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: RAFAEL GARCIA E GABRIEL SHINOHARA

Título: De onde saiu o óleo

Cientistas da UFRJ determinam área mais provável de origem do derrame

O ponto de origem do despejo de óleo que segue poluindo o litoral do Nordeste, atingindo novas áreas e retornando a outras que já haviam sido limpas, está em uma área entre 600 km e 700 km da costa brasileira, numa faixa de latitude com centro na fronteira entre Sergipe e Alagoas.

Essa área foi determinada por pesquisadores da Coppe/ UFRJ, o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com uma simulação de computador.

A pedido da Marinha, os pesquisadores Luiz Landau e Luiz Paulo Assad rodaram um modelo matemático de correntes marinhas no Atlântico e cruzaram os dados com o mapa de manchas de óleo encontradas na costado Nordeste.

Ao inverterem o sentido temporal do modelo de computador, a partir dos pontos de destino do óleo fragmentado, chegaram a uma estimativa sobre sua

origem. O centro da área apontada pelos cientistas fica fora da zona econômica exclusiva do Brasil, em águas internacionais.

— Estávamos interessados em entender a origem desse descarte ou vazamento de óleo —disse Landau ao GLOBO. — Encerramos essa parte da análise, que já foi entregue para a Marinha. Na semana que vem, vamos começar a trabalhar em tentar entender como vai ser a dispersão do óleo daqui para frente.

Segundo os pesquisadores, a estimativa da provável origem do vazamento não pode ser rastreada a uma área menor porque é difícil saber quando exatamente cada mancha chegou em cada praia do Nordeste. As datas oferecidas pelo Ibama são referentes ao momento em que o óleo foi detectado e notificado, não necessariamente ao instante em que cada praia recebeu o material.

— Além disso, existe muita incerteza com relação à trajetória do óleo, porque ele correu abaixo da superfície, o que dificulta muito a análise —afirma Assad. — Não sabemos quanto tempo esse óleo demorou para “intemperizar”, ou seja, sofrer processos de mudanças das características físico-químicas para entrar abaixo na coluna d'água.

Segundo os pesquisadores, agora que os dados estão nas mãos da Marinha, eles esperam que a pesquisa contribua para o rastreamento de embarcações que podem ter sido responsáveis pelo incidente.

“BALA PERDIDA”

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente no Senado, ontem, o almirante Alexandre Rabello de Faria, chefe do Estado Maior do Comando de Operações Navais, afirmou que a Marinha trabalha com quatro possibilidades sobre o tipo de incidente que gerou o derrame: o vazamento em operação transferindo conteúdo de navio para navio, o naufrágio de um petroleiro, o derramamento acidental e o despejo intencional.

O almirante afirmou que a primeira e a segunda possibilidades não foram descartadas, mas são pouco prováveis. Nos casos de derramamento acidental ou intencional, mais plausíveis, a situação é criminosa porque não foi feito o comunicado.

— Peço desculpas pela comparação, mas temos uma bala perdida. Um projétil que se espalhou em toda a costa brasileira. Temos o projétil, temos a evidência. Estamos procurando a arma e quem a usou. A dificuldade dessa investigação é muito grande — disse o almirante.

Na mesma audiência, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, afirmou que o perfil do incidente é incomum e que as medidas usualmente aplicadas não funcionam.

— É um incidente inédito, com uma tipologia totalmente diferente de um incidente ordinário de óleo.

Segundo Bim, o trabalho de contenção é difícil porque parte do petróleo afundou. O instituto decidiu focar seus esforços em retirar as manchas de óleo.

O Ibama informou ontem que o vazamento atingiu mais sete pontos do litoral, totalizando 178 localidades afetadas em 72 municípios, incluindo Maragogi (AL) e Pontada Tabatinga (RN), onde a Marinha achou mais um tonel de óleo boiando, além de dois que apareceram em Sergipe.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: ALEXANDRO MOTA - Especial para O GLOBO SALVADOR

Título: Manchas chegam à baía de Todos os Santos e cartões postais de Salvador

O óleo que polui a costa brasileira desde 30 de agosto chegou ontem à Baía de Todos os Santos, a maior do país, atingindo as pedras e a faixa de areia da região do Farol da Barra, que fica em Salvador e é uma das pontas de acesso à baía, e as praias de Vera Cruz, cidade que fica na ilha de Itaparica.

Na capital baiana, onde o óleo chegou na terça-feira, as pelotas de petróleo cru apareceram ontem pela primeira vez em quatro praias, totalizando 14 trechos da orla afetados, mas que já foram limpos. O problema chegou de modo discreto na praia do Farol da Barra, mas em intensidade preocupante em Pedra do Sal, praia do bairro de Itapuã —outro cartão postal da cidade.

A prefeitura de Salvador afirmou ter retirado, somente ontem, 47 toneladas de óleo das praias, já somando 71,5 toneladas. A estimativa do governo da Bahia é de 155 toneladas de óleo retiradas em todos os nove municípios baianos atingidos, o que não inclui o que chegou aos manguezais, que ainda não foi calculado.

O superintendente do Ibama na Bahia, Rodrigo Alves, explica que, embora o problema já tenha afetado 176 praias no litoral nordestino, de acordo com o último balanço do órgão, em apenas 21 praias há o que os especialistas chamam de “manchas”, que são trechos com maior poluição e que ainda não foram limpos.

— Salvador amanheceu, por exemplo, com as praias todas limpas às 7h da manhã. Às 10h, novos pontos de óleo apareceram. Tem sido um trabalho diário

de monitoramento, inclusive de praias que já estão limpas e são afetadas novamente. Como a fonte é indefinida, nossa previsibilidade não é de altíssimo alcance. As

prefeituras estão fazendo um excelente trabalho, temos tido muitos voluntários, a Marinha também tem ajudado na limpeza —afirma Alves.

Ontem, o governador Rui Costa (PT) se reuniu com representantes das cidades atingidas, definindo estratégias para a limpeza e armazenamento do material recolhido. Ao final da reunião, cobrou resposta do governo federal, indicou que os estados não estão sendo informados sobre as ações para descobrir a origem do problema e anunciou que se juntará ao Ministério Público Federal em ação contra a União que pede atuações preventivas para que o óleo não chegue às praias.

O Ibama indica a dificuldade de monitoramento do óleo em alto mar, mesmo com uso constante de embarcações da Marinha. A preocupação do instituto agora é que o óleo siga avançando na direção sul e afete a parte interna e do fundo da Baía de Todos os Santos, este último um trecho considerado ecologicamente sensível, por ser área de manguezal.

MME / ASCOM .